

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

LICITAÇÕES

Subdefensoria Pública-Geral para Assuntos Administrativos

PREGÃO ELETRÔNICO

AVISO DE LICITAÇÃO

RITO DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2024

Processo Administrativo nº: 24/3000-0001865-1

Edital destinado à participação exclusiva de microempresa e empresa de pequeno porte, conforme Lei Complementar nº 123/06 e alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 147/2014.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção, sob demanda, de carteiras de identidade funcional e porta-documentos com lapela e distintivo, incluindo todos os serviços de elaboração de layout, diagramação, editoração eletrônica, acabamento, revisão e impressão de dados funcionais e pessoais, para atender às necessidades da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, conforme condições, quantidades e exigências do Termo de Referência.

DATA E HORÁRIO DA ABERTURA: 20/01/2025, às 13h.

DISPUTA DE PREÇOS: 20/01/2025, às 14h.

LOCAL: www.pregaoonlinebanrisul.com.br.

EDITAL: O edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados nos sites: www.defensoria.rs.def.br e www.pregaoonlinebanrisul.com.br.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2024.

ANELIZE SIMÕES RODRIGUES

Pregoeira responsável

Nilton Leonel Arnecke Maria
Rua Sete de Setembro, 666, 10º andar
Porto Alegre
Aline Corrêa Lovatto
Subdefensora Pública-Geral para Assuntos Administrativos
Rua Sete de Setembro, 666, 7º andar
Porto Alegre
Fone: 5132109403

Publicado no Caderno do Governo (DOE) do Rio Grande do Sul
Em 16 de dezembro de 2024

Protocolo: **2024001176909**

Publicado a partir da página: **143**

Documento Assinado Digitalmente



Nome do arquivo: Materia_cd91e8c0-b1ab-44b4-b649-fd41077213f8.pdf

Autenticidade: Documento íntegro



DOCUMENTO ASSINADO POR	DATA	CPF/CNPJ	VERIFICADOR
PROCERGS CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COM Responsável: LUIZ FERNANDO SALVADORI ZACHIA	16/12/2024 13:36:21 GMT-03:00	87124582000104 22094644049	assinatura válida

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.